



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Requerimento nº , de 2017

(Dep. Enio Verri)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a instituição da Taxa de Longo Prazo – TLP para remunerar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Senhor Presidente,

Nos termos dos art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para analisar e discutir as questões relacionadas instituição da Taxa de Longo Prazo – TLP para remunerar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, conforme o texto da MP nº 777/2017.

Recomendo que sejam convidados um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; o prof. Ernani Torres Filho, do Instituto de Economia da UFRJ; o prof. Fernando Nogueira da Costa, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; o Sr. Mário Bernardini, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ; o Sr. Venilton Tadini, da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base - ABDIB.

Justificativa

A MP institui da Taxa de Longo Prazo – TLP para remunerar os recursos do Fundo Amparo ao Trabalhador, inclusive os depósitos especiais, do Fundo PIS-Pasep; e do Fundo da Marinha Mercante, quando aplicados por instituições financeiras federais em operações de financiamento contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, ou em contratações anteriores a esta data, desde que tenham seus termos renegociados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Em artigo publicado no jornal Valor Econômico, em 6 de abril de 2017, o economista Ernani Torres, professor do Instituto de Economia da UFRJ, ressalta que a proposta constante na MP nº 777 produzirá dois efeitos negativos sobre o financiamento do investimento de longo prazo, baseado em operações contratadas junto ao BNDES.

São eles: ampliação dos custos financeiros associados às contratações de crédito; e o aumento da volatilidade (variação) da taxa de juros.

O aumento dos custos financeiros e a ampliação dos riscos de taxa de juros associados às contratações de crédito produzem efeitos negativos sobre a competitividade das empresas brasileiras, em especial da indústria nacional e, conseqüentemente, repercutem negativamente sobre as decisões de investimento produtivo, e a geração de emprego e de renda do trabalho.

Nestes termos, propomos a realização de uma audiência pública para analisar e discutir as questões relacionadas instituição da Taxa de Longo Prazo – TLP.

Sala de Sessões, em de junho de 2017.

Dep. Enio Verri (PT-PR)